



Índice

- 01** Conflito entre índios e negros no Mato Grosso do Sul
- 02** Termina protestos de índios Xikrin contra a Vale
- 03** Índio quer gol. Se não der, pau vai comer
- 04** Índios assistem jogo hoje na Arena Pantanal
- 05** Índios Guarani de SC se reúnem em aldeia do Oeste para torcer pelo Brasil
- 06** Termina protesto de índios xikrins contra projeto da Vale no Pará
- 07** No sul, índios ameaçam invadir maior fazenda de cacau da Bahia
- 08** Tribos indígenas assistem jogo entre Rússia e Coreia do Sul em Cuiabá
- 09** Aprovada na Assembleia a alteração da carreira de Professor Indígena
- 10** Orquestra Indígena Teko Arandu apresenta-se no Rio durante a Copa
- 11** Especialização em Saúde Indígena da UAB é finalizada
- 12** Nova vitória jurídica reafirma constitucionalidade do Decreto que trata da titulação de territórios quilombolas
- 13** Mundial atrasa acordo entre produtores rurais e indígenas
- 14** A culpa do genocídio de povos indígenas no Brasil é do direito fundamental às suas terras tradicionais?
- 15** Rio Negro debate educação escolar indígena e Território Etnoeducacional



- 16** [Golaço de Werá!](#)
- 17** [Juíza Federal de Dourados quer que Funai vire SPI do Relatório Figueiredo: Apyka'i tem dez dias para se dissolver no ar](#)
- 18** [Índios fazem turismo em Cuiabá e em Manaus, bolão](#)
- 19** [Lideranças indígenas do Brasil cruzam o oceano Atlântico e mobilizam garantia de direitos](#)
- 20** [Governo Federal propõe troca de fazendas para pôr fim a conflito indígena em Sidrolândia](#)
- 21** [Em defesa dos direitos indígenas e quilombolas e contra a criminalização dos defensores e defensoras de direitos humanos](#)
- 22** [Produtores rejeitam R\\$ 80 milhões e querem saída de índios de terras](#)
- 23** [Para MPF, proposta que transfere demarcação de terras indígenas para o Legislativo é inconstitucional](#)
- 24** [Secretaria-Geral, Pnud e ABC visitam primeiro Núcleo Indígena ODM do Brasil](#)
- 25** [Operação Simpatia é realizada em aldeia indígena](#)
- 26** [Campanha quer diminuir violência contra mulheres indígenas rarámuris](#)
- 27** [Indígenas se instalam em prédio da antiga Ceasa](#)
- 28** [Governo Federal propõe troca de fazendas para pôr fim a conflito indígena em Sidrolândia](#)
- 29** [SP – Audiência Pública "Direitos Quilombolas e Regularização Fundiária", 24/06](#)



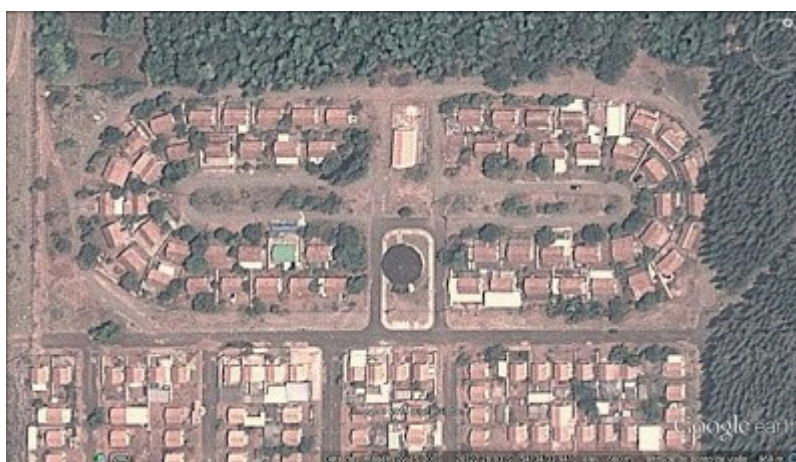
Boletim de Notícias - Edição nº 107/2014

Brasília, 18 de junho de 2014.

-
- 30** [Quinze associações quilombolas do município recebem patrulha agrícola](#)
 - 31** [Operação da Polícia Federal em MS devolve área quilombola a descendentes de escravos](#)

Conflito entre índios e negros no Mato Grosso do Sul

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 17.06.2014



No início do mês de junho uma família de pessoas negras foi expulsa a flechadas da aldeia urbana Água Bonita, que fica no bairro Tarsila do Amaral, em Campo Grande. De acordo com o Boletim de Ocorrência, indígenas da aldeia liderados pelo ex-cacique guarani-kaiowa, Nito Nelson, de 51 anos, impediram que uma mulher indígena Guarani, trouxesse para a comunidade o marido, que é negro, e o filho, que é mameluco.

Ainda conforme o Boletim, o casal fazia a mudança para casa onde iria morar na comunidade quando foram cercados por um grupo liderado, segundo o boletim, pelo ex-cacique Nito Nelson. O marido da mulher, Sidney Pereira, de 27 anos, ainda desceu do carro para conversar com o indígenas, mas eles acabaram discutindo. Diante da confusão, a mulher pediu para o marido entrar no veículo para eles saírem do local.

Conforme o Boletim, no momento em que o casal deixava a aldeia, os indígenas dispararam várias flechas, uma delas ficou cravada na borracha que prende uma das janelas do veículo. Uma outra flecha acertou a bolsa do filho do casal. Ninguém da família ficou ferido. O caso foi registrado como injúria racial na Depac (Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário) da Vila Piratininga.



Termina protestos de índios Xikrin contra a Vale

SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 17.06.2014

Terminou o protesto dos índios da etnia Xikrin contra a ação da empresa Vale na região de Ouricolândia do Norte (PA). Os índios haviam retomado o protesto ontem (16), mas a situação foi resolvida após reunião entre representantes da Vale, índios, Funai e o Ministério Público Federal (MPF) no Pará, quando ficou acertado que a empresa irá elaborar proposta de compensação ambiental. Os termos serão apresentados no próximo dia 25 quando haverá nova reunião entre Funai, Vale e índios.

Os xikrins vinham fazendo protestos desde o último sábado (14), quando cerca de 150 índios fizeram manifestação na entrada do empreendimento Onça Puma, voltado para a extração de níquel. Os índios chegaram a bloquear a entrada do empreendimento, mas permitiram a passagem de ônibus com trabalhadores que fazem a manutenção dos fornos. A saída de funcionários não foi bloqueada. Apenas a produção de níquel foi paralisada.

De acordo com os índios, a extração de níquel está causando diversos danos à saúde da população e afetando o Rio Cateté, que serve à comunidade. O MPF no Pará entrou com uma ação contra a Vale, pedindo a interrupção dos trabalhos da mineradora. O processo tramita na Justiça Federal de Redenção (PA).

Segundo o MPF, apesar de o projeto afetar a saúde dos índios, a Vale não iniciou nenhum programa de compensação de impactos e não cumpriu nenhuma das condicionantes previstas. Em nota, a Vale disse que a ação está em "fase de instrução, não havendo qualquer obrigação imposta à empresa". A nota diz ainda que "as ações previstas no plano básico ambiental, aprovado pela Funai [Fundação Nacional do Índio], estão sendo realizadas, exceto as que dependem de autorização do povo indígena."

(Agência Brasil)

Índio quer gol. Se não der, pau vai comer
SÍTIO O GLOBO, 17.06.2014



Tamires: "Nunca tinha visto índio ao vivo"

Índio quer ver gol. Se não ver gol, pau vai comer. É o lema do cacique tabajara Akazuy, que saiu com a mulher, Samehy, de uma aldeia no interior do Ceará, para torcer pelo Brasil na Fifa Fan Fest, a maior arena de torcida no Rio, em Copacabana. Seu palpite para o jogo Brasil x México era 4 a 1 para o Brasil. Como não se sabe, não foi dessa vez.

-- O Rio de Janeiro é muito falado como cidade bonita, alegre, estamos gostando muito -- disse o índio, apesar do placar Brasil x México.



O inglês Ian Brookes: orgulho de ter adotado o Rio

O cacique atraiu a curiosidade dos torcedores brasileiros e estrangeiros que faziam questão de posar com ele para fotos. A "carioca de Nova Iguaçu", Tamires Martins, correu para um instantâneo porque nunca viu um índio ao vivo. Já o casal de russos Evgeny e Olga Dayneko (na foto acima) já viu índio no México. Os russos do cáucaso estão adorando a cidade e "a simpatia do carioca". O inglês Ian Brookes, economista, gostou tanto do Rio que casou com a médica Graziela Brookes e já tem filho carioca.

-- O problema vai ser se a final for Brasil e Inglaterra -- comentou Mr. Brookes.

Índios assistem jogo hoje na Arena Pantanal

SÍTIO POCONÉ ON LINE, 17.06.2014

Índios chegam nesta terça para assistir jogo na Arena e serão recebidos no Centro Aberto de Mídia às 13h



Nessa terça-feira (17), às 13h, o Centro Aberto de Mídia de Cuiabá (CAM) recebe indígenas das tribos Pareci e Bakairi para a inauguração oficial da mini Arena Pantanal, novidade que o espaço reserva para jornalistas e convidados.

No local, os índios da tribo Pareci devem fazer uma breve apresentação da modalidade esportiva muito comum na aldeia, o Futebol de Cabeça. A regra, no geral, é bem simples, é válido apenas toque de cabeça. O objetivo, como no vôlei, é deixar a bola cair no chão do campo adversário ou impedi-lo de mandar a bola de volta.

Logo após a vinda até o CAM, todos seguirão até a Arena Pantanal para assistirem a partida Coreia do Sul x Rússia, a convite da Fifa. Ainda no CAM, está programada uma disputa entre torcedores sul-coreanos e russos que vieram até Cuiabá assistir o jogo.

Nações indígenas na Arena:

Pareci: A primeira referência dos índios Pareci foi no século XVII. Na época, bandeirantes paulistas vararam os sertões na área que hoje é o estado de Mato Grosso, à caça de índios – prática que aliaram à exploração das riquezas minerais da região

Bakairi: Antes das rodovias, era a tribo que controlava o acesso das expedições científicas ao alto Xingu, onde parte deles morava. Hoje vivem no sudoeste dessa área, como pescadores e agricultores, sobretudo “mandioqueiros”, como os demais Karib.



Índios Guarani de SC se reúnem em aldeia do Oeste para torcer pelo Brasil

SÍTIO NOVA FM, 17.06.2014

Os índios da aldeia Guarani do Araçaí, em Chapecó, no Oeste catarinense, vestiram as cores da bandeira do Brasil para torcer pela Seleção na tarde desta terça-feira (17). Eles se reuniram em diferentes casas da aldeia para assistir ao jogo contra o México, pela segunda rodada da Copa do Mundo.

A aldeia fica no interior do município, na Linha Sede Trentin, em uma área de 4 mil hectares cedida pelos índios Kaingang, enquanto a terra da comunidade Guarani não é definida. No local, vivem cerca de 30 famílias.

Durante o dia, os adultos trabalham e aproveitaram a folga depois do almoço para se preoarar para a partida. Pouco antes do jogo, homens e mulheres entraram no clima de Copa do Mundo e disputaram partidas de futebol.

Depois, pouco antes do início da partida, crianças e adultos encheram balões e pintaram os rostos de verde e amarelo. Na torcida, a expectativa era de uma goleada do Brasil, o que até o final do segundo tempo não se concretizou.

Todos apostavam em gols do craque Neymar, que chegou perto algumas vezes, mas até o final da partida não conseguiu fazer a bola entrar na rede.

Fonte: G1



Termina protesto de índios xikrins contra projeto da Vale no Pará

SÍTIO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, 17.06.2014

De acordo com os índios, a extração de níquel está causando diversos danos à saúde da população e afetando o Rio Cateté, que serve à comunidade

Terminou o protesto dos índios da etnia Xikrin contra a ação da empresa Vale na região de Ouricolândia do Norte (PA). Os índios haviam retomado o protesto na segunda-feira (16/6), mas a situação foi resolvida após reunião entre representantes da Vale, índios, Funai e o Ministério Público Federal (MPF) no Pará, quando ficou acertado que a empresa irá elaborar proposta de compensação ambiental. Os termos serão apresentados no próximo dia 25 quando haverá nova reunião entre Funai, Vale e índios.

Os xikrins vinham fazendo protestos desde o último sábado (14/6), quando cerca de 150 índios fizeram manifestação na entrada do empreendimento Onça Puma, voltado para a extração de níquel. Os índios chegaram a bloquear a entrada do empreendimento, mas permitiram a passagem de ônibus com trabalhadores que fazem a manutenção dos fornos. A saída de funcionários não foi bloqueada. Apenas a produção de níquel foi paralisada.

De acordo com os índios, a extração de níquel está causando diversos danos à saúde da população e afetando o Rio Cateté, que serve à comunidade. O MPF no Pará entrou com uma ação contra a Vale, pedindo a interrupção dos trabalhos da mineradora. O processo tramita na Justiça Federal de Redenção (PA).

Segundo o MPF, apesar de o projeto afetar a saúde dos índios, a Vale não iniciou nenhum programa de compensação de impactos e não cumpriu nenhuma das condicionantes previstas. Em nota, a Vale disse que a ação está em "fase de instrução, não havendo qualquer obrigação imposta à empresa". A nota diz ainda que "as ações previstas no plano básico ambiental, aprovado pela Funai [Fundação Nacional do Índio], estão sendo realizadas, exceto as que dependem de autorização do povo indígena."

No sul, índios ameaçam invadir maior fazenda de cacau da Bahia

SÍTIO BAHIA TODO DIA, 17.06.2014



Se já era tenso, o clima no extremo sul da Bahia pode produzir um grave conflito entre índios e produtores rurais. Os indígenas ameaçam invadir a maior fazenda produtora de cacau da Bahia: a Lembrança II, no município de Itabela, que tem produção estimada para esse ano em 40 mil arrobas.

De acordo com produtores, desde o início do mês muitos estão tendo suas fazendas tomadas por pessoas que se dizem índios, sob ameaça física, degradação do patrimônio, extorsão financeira e atentado de morte.

A Fazenda Lembrança II tem uma produção média de 170 arrobas por hectare e possui a maior tecnologia para produção e beneficiamento de cacau do país, envolvendo máquina de quebra, secadores, caldeira, estrutura de galpão e constantes investimentos em novas áreas de plantio. Além disso, gera 130 empregos diretos com carteira assinada.

Sete irmãos dirigem a propriedade e estão temendo por suas vidas, pois só têm acesso à fazenda por uma única estrada, onde estão as propriedades invadidas. "Estamos vivendo um clima bastante tenso, pois além da extorsão financeira, estamos sendo constantemente ameaçados e sem ter a quem recorrer, principalmente porque no momento todos os olhos se voltam somente para a Copa do Mundo", disse Dina Lembrance, umas das donas.

Tribos indígenas assistem jogo entre Rússia e Coreia do Sul em Cuiabá
SÍTIO NO PODER, 17.06.2014

Eles acompanham partida da Copa, na Arena Pantanal, na nesta terça (17). Eles foram convidados pela Fifa e fizeram apresentação nesta tarde.



Tribos indígenas fazem a festa na Arena Pantanal
Foto de Robson Boa Morte/GloboEsporte

Pelo menos 20 índios das tribos Pareci e Bakairi, em Mato Grosso, acompanham o jogo entre Rússia e Coreia do Sul, na Arena Pantanal, na noite desta terça-feira (17), em Cuiabá. Eles foram convidados pela Fifa para assistir ao vivo o Mundial e devem retornar para as terras indígenas logo depois.

No início da tarde desta terça-feira (17), os indígenas iriam participar da inauguração oficial da mini Arena Pantanal, espaço reservado para jornalistas e convidados, entretanto, eles chegaram atrasados e foram direto para a Arena. A intenção era fazer uma breve apresentação da modalidade esportiva muito comum na aldeia, o "futebol de cabeça". A regra, no geral, é bem simples, é válido apenas toque de cabeça. O objetivo, como no vôlei, é deixar a bola cair no chão do campo adversário ou impedi-lo de mandar a bola de volta.



Aprovada na Assembleia a alteração da carreira de Professor Indígena

SÍTIO GENTE DE OPINIÃO, 17.06.2014

Foi aprovado em sessão ordinária e extraordinária na Assembleia Legislativa, o projeto de lei complementar nº 211/14, de autoria do Poder Executivo, que altera o artigo 35 da Lei Complementar nº 578, de 10 de junho de 2010, que dispõe sobre a criação do Quadro de Magistério Público Indígena do Estado de Rondônia, da carreira de Professor Indígena e da carreira de Técnico Administrativo Educacional Nível 1 e Técnico Administrativo Educacional Nível 3. O projeto teve parecer favorável do deputado Euclides Maciel (PSDB).

A alteração ficou da seguinte forma: A contratação por prazo determinado do professor indígena terá duração máxima de quatro anos, podendo ser reconduzido ao cargo por meio de novo processo seletivo simplificado, sem limites de reconduções, até que se preencham efetivamente todas as vagas disponíveis por meio de concurso público.

De acordo com o Governo, a alteração fez-se necessária em virtude do concurso público indígena se encontrar em fase de assinaturas contratuais entre o Estado de Rondônia e a Funcab, empresa a ser contratada para realização do certame (Processo n. 01-2201. 22374-0000/2012), com previsão de realização e conclusão do concurso até dezembro de 2014, e convocação dos aprovados para fevereiro de 2015.

Também esclareceu que no mês de agosto de 2014, todos os contratos da educação indígena vigentes encerrarão, em virtude de o prazo de três anos de contrato previsto em lei será encerrado, sendo preciso haver uma medida que permita a continuidade da oferta do ensino público indígena e que garanta o cumprimento da obrigação constitucional.

Destacou ainda, que o concurso público indígena só permite inscrições aos povos indígenas, respeitadas as suas especificidades e padrões culturais. As inscrições e o índice de aprovações no concurso deverão enfrentar restrições de mão de obra qualificada, pela própria realidade de formação dos professores indígenas, que aponta reduzido número de profissionais licenciados.

Fonte: Liliane Oliveira

Orquestra Indígena Teko Arandu apresenta-se no Rio durante a Copa
SÍTIO MS ATUAL, 17.06.2014



A Orquestra Indígena Teko Arandu, iniciativa do Instituto Ressoarte apoiada pelo Oi Futuro através do programa Oi Novos Brasis, vai se apresentar no Rio durante a Copa do Mundo. O Teko Arandu foi o único projeto selecionado, de Mato Grosso do Sul, pelo Concurso Cultura 2014 que definiu as manifestações culturais que farão parte da programação da competição no Brasil.

Os 114 projetos classificados se apresentarão nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo, de 10

de junho a 15 de julho, totalizando 892 apresentações de trabalhos artístico-culturais em todas as regiões do País. As apresentações abrangem manifestações artísticas como circo, teatro, música, artes visuais, dança, manifestações tradicionais, literatura e audiovisual.

A Orquestra Indígena Teko Arandu faz parte do grupo de "Manifestações Tradicionais" e configura entre os cinco projetos do Centro-Oeste escolhidos para o evento (três do Distrito Federal, um de Mato Grosso e um de Mato Grosso do Sul). As datas e locais das apresentações da orquestra no Rio ainda serão definidas.

O objetivo do Ministério da Cultura é fomentar a programação cultural dessas cidades e dar espaço a pequenos e médios produtores culturais durante um dos maiores eventos esportivos do mundo, apresentando a riqueza e pluralidade da cultura nacional a brasileiros e estrangeiros.

A orquestra "Teko Arandu" beneficia 125 crianças, adolescentes e jovens, na faixa etária entre seis e 24 anos, das comunidades e escolas indígenas da rede pública de ensino de Anastácio e Aquidauana. Os alunos recebem oficinas de formação musical teórica e prática de instrumentos de percussão, sopro e cordas (violão) e de musicalização. O objetivo é oferecer formação musical continuada a jovens em situação de vulnerabilidade social

A Crítica de Campo Grande



Boletim de Notícias - Edição nº 107/2014

Brasília, 18 de junho de 2014.

Especialização em Saúde Indígena da UAB é finalizada

SÍTIO GAZETA FATOS EM DIA, 17.06.2014

Mais de 20 profissionais da atenção básica de todo estado participaram do curso



Foto: Acessória

Através do subsídio da Secretaria de Educação de Lucas do Rio Verde e uma parceria entre o polo da Universidade Aberta do Brasil no município e a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) foi dado início no ano passado ao curso de Especialização em Saúde Indígena. A formação foi finalizada nesta última semana.

Entre médicos, odontólogos, enfermeiros, psicólogos, nutricionistas, principalmente da área da saúde de atenção básica de todo o estado, 26 profissionais participaram da especialização.

Nos dias 06 e 07 de junho, no Polo de Apoio Presencial da UAB de Lucas do Rio Verde, foi realizado o encontro presencial final e a apresentação dos trabalhos de conclusão.

A secretária de Educação, Elaine Lovatel, destacou que esta parceria será fortalecida e novos cursos serão trazidos para o município. "A saúde e educação devem caminhar juntas para promover um melhor atendimento à comunidade e promover efetivamente a melhoria da qualidade de vida da população", ressaltou Elaine.



Nova vitória jurídica reafirma constitucionalidade do Decreto que trata da titulação de territórios quilombolas

SÍTIO CEDEFES, 17.06.2014

TRF4 já havia afirmado a constitucionalidade do decreto em dezembro de 2013. Em nova decisão o tribunal aprofundou os argumentos a favor dos direitos quilombolas

Recente decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) reafirma a constitucionalidade do Decreto 4887/03, que trata da titulação de terras quilombolas no Brasil.

A nova decisão, que aprofunda os argumentos da constitucionalidade do decreto, veio de recurso (embargos de declaração) apresentado pela Cooperativa Agrária contra a decisão do TRF4 que, em dezembro de 2013, declarou, por doze votos a três, a constitucionalidade do Decreto Federal 4887/03.

Esse novo julgamento é importante para a defesa do direito à terra das comunidades quilombolas de todo o Brasil, pois derruba algumas das principais teses utilizadas pelo DEMOCRATAS para solicitar, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239, a inconstitucionalidade do Decreto Federal 4887/03. O julgamento no STF teve início no ano de 2012, quando o ministro relator Cesar Peluso votou pela inconstitucionalidade. Outros dez ministros do Supremo Tribunal Federal ainda deverão votar, ou seja, a posição do STF acerca do tema ainda é incerta.

Neste contexto de tramitação da ADI, o julgamento do caso Paiol de Telha ganha uma dimensão nacional, que poderá influenciar outras decisões ligadas à titulação de terras quilombolas. A declaração de constitucionalidade do decreto é um avanço importante no processo histórico de afirmação e conquista de direito humanos dos povos tradicionais quilombolas do Brasil, além de influenciar positivamente o julgamento da ADI 3239.

Abaixo, seguem os principais pontos da decisão, destacando-se os argumentos utilizados pela Cooperativa Agrária e os fundamentos da decisão:

I) DEFESA PRÉVIA E PROCESSO DE TITULAÇÃO:

Cooperativa Agrária: Alegou que o Decreto Federal 4887/03 não possibilita o exercício do direito constitucional de defesa, pelos pretensos proprietários, no processo administrativo de titulação.

Tribunal Regional Federal 4ª Região: Decidiu que o Decreto Federal 4887/03 oportuniza, no tempo adequado, o direito de defesa a quem queira utilizar tal faculdade. Abaixo o trecho da

CONT.



decisão que se refere ao tema:

"A feitura de um laudo antropológico para delimitação de área a ser objeto de desapropriação é, sim, um ato unilateral, pela simples razão de que precede a identificação dos proprietários que eventualmente guardem pretensões sobre áreas abrangidas na demarcação. O que a lei exige é que a defesa se faça prévia em relação ao ato expropriatório; não, em relação à demarcação inicial. Impossibilita nemo tenetur; não se há de exigir oportunidade de defesa em um momento em que sequer se sabe quem se atribui pretensos direitos sobre as áreas abrangidas pelo trabalho técnico.

É irrecusável a preocupação do redator do Decreto ora enfocado em abrir campo à defesa imediatamente após o trabalho administrativo de delimitação. Basta ler o art. 7º, inciso IV, § 2º, e o art. 9º para espantar quaisquer dúvidas. (...)

Assim, é infundada a alegação de que o processo administrativo instaurado pelo Decreto nº 4.887/2003 não permite nenhuma participação dos proprietários dos imóveis no curso do processo. Não há 'contestação póstuma'; sim, defesa facultada opportuno tempore."

II) DESAPROPRIAÇÃO – QUILOMBOLAS – CABIMENTO

Cooperativa Agrária: Alegou que não existe uma modalidade de desapropriação de terras que, no direito brasileiro, possibilitasse a desapropriação para fins de titulação dos territórios quilombolas.

Tribunal Regional Federal 4ª Região: Decidiu que as hipóteses legais já existentes se aplicam aos casos de titulação dos territórios quilombolas. Abaixo o trecho da decisão que se refere ao tema:

"A desapropriação prevista no decreto em comento pode ser enquadrada como desapropriação por interesse social, na inteligência do art. 215, parágrafo 1º, da CF."

III) PROPRIEDADE PRODUTIVA – VIABILIDADE DA DESAPROPRIAÇÃO

Cooperativa Agrária: Alegou que as terras a serem desapropriadas são produtivas, e por tal situação não poderiam ser objeto de desapropriação.

Tribunal Regional Federal 4ª Região: Decidiu que o fato de a terra ser ou não produtiva não guarda qualquer relação com a desapropriação para fins de titulação dos territórios quilombolas. Abaixo o trecho da decisão que se refere ao tema:

"Concernentemente à alegação de ser a propriedade produtiva, ou de estar ela cumprindo sua função social, entendo que não se pode submeter direitos fundamentais ao jugo do poder econômico, principalmente quando albergados na Lei Maior. Não se está aqui cuidando de confisco de terras como castigo; apenas, de preservar áreas de interesse social, histórico e cultural mediante justa e prévia indenização. Laboram em equívoco os embargantes buscando socorro no art. 5º, XXIII, pois que, como é consabido, o escopo do redator constituinte quando da formulação do dispositivo foi exatamente o de limitar os poderes do proprietário em benefício do coletivo."

Fonte: <http://terradedireitos.org.br>

Mundial atrasa acordo entre produtores rurais e indígenas

SÍTIO JORNAL FOLHA DO POVO NEWS, 17.06.2014



Foi realizada na última sexta-feira (13), em Brasília (DF), reunião entre representantes dos produtores rurais da região de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti (MS), do Ministério da Justiça, do Incra e da Funai.

Porém nada foi definido. Integrantes da Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul – Famasul – divulgaram uma nota de repúdio sobre o desfecho da reunião que, foi novamente adiada, devido à realização da Copa do Mundo no Brasil.

Confira abaixo a nota de repúdio na íntegra:

“O desfecho da reunião entre representantes dos produtores rurais da região de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti (MS), do Ministério da Justiça, do Incra e da Funai estarrece o setor produtivo e mostra – mais uma vez – o descaso da União para com a questão séria e delicada dos conflitos gerados pelas invasões a propriedades privadas no Brasil. A postergação do final das negociações para depois do início da Copa do Mundo – ultrapassando o prazo estabelecido pelo Governo Federal – foi uma manobra premeditada para desviar o foco e um desrespeito aos produtores, cidadãos brasileiros, que vivem a violência de terem suas propriedades invadidas e a insegurança da constante ameaça de novas invasões.

Cumprindo etapa prevista no modelo de negociação estabelecido pelo Ministério da Justiça, os proprietários da área vizinha à Aldeia Buriti – pretendida pela comunidade indígena para

CONT.



expansão da aldeia – contrataram uma assessoria técnica para identificar o valor venal das propriedades envolvidas. Atendendo solicitação do Ministério, os produtores apresentaram um contra laudo com documentos e avaliações detalhadas das propriedades, corrigindo a superficialidade e imprecisão da avaliação apresentada anteriormente pelo Incra e Funai.

Em reunião realizada na última quarta-feira (11), representantes do Incra e da Funai pediram uma nova reunião para sexta-feira (13) – depois do início da Copa do Mundo – com objetivo de tratar dos detalhes do fechamento da negociação. Surpreendentemente, os representantes do Governo Federal não acolheram o contra laudo apresentado alegando ser uma avaliação de empresa privada.

É inadmissível que os representantes do Governo Federal recusem um documento que o próprio Ministério da Justiça recomendou e que demandou tempo, esforço e recursos para ser elaborado!

Confiantes do fechamento do acordo – ainda que o valor apontado no laudo não atendesse ao valor de mercado das propriedades levantado inicialmente – os produtores não contavam com a manobra calculada dos órgãos do Governo Federal, demonstrando a falta de seriedade na condução das negociações e a ausência de vontade política de encontrar uma solução que seja justa para todos”.

Fonte: Notícias da Agropecuária



A culpa do genocídio de povos indígenas no Brasil é do direito fundamental às suas terras tradicionais?

SÍTIO CIMI, 17.06.2014

O sub-procurador da República, Dr. Eugênio Aragão, ao participar da audiência da Comissão Especial da Câmara dos Deputados que trata acerca da Proposta de Emenda Constitucional 215/00, no último dia 11 de junho, questionou o paradigma demarcatório de terras indígenas, vigente no Brasil, e defendeu a tese segundo a qual "o modelo atual, a toda evidência, está apresentando sinais claros de esgotamento". Defendeu a referida tese com o argumento de que "mesmo quando o Poder Executivo, depois de longuíssimas tramitações, consegue promover a demarcação de uma área indígena, a reação imediata é a judicialização do respectivo ato administrativo, o que leva a um impasse em que não se vai nem pra frente nem pra trás".

Um argumento evidentemente falacioso, haja vista a existência de diversos procedimentos administrativos de demarcação de terras indígenas paralisados sem que exista qualquer impedimento judicial para tanto. Ou seja, o motivo da paralisação, no caso, é político e causado pela opção governamental e pela "pressão" de atores políticos e econômicos bem conhecidos de todos, dentre os quais os representantes do latifúndio, a bancada ruralista, para quem Aragão discursava.

Para além da falácia, no entanto, o sub-procurador avançou na argumentação, por um caminho que, julgamos, malicioso, desrespeitoso e ultra ideológico. Segundo ele o genocídio contemporâneo dos povos indígenas tem sua raiz motivacional no direito fundamental dos povos às suas terras tradicionais, conforme assegurado pelo texto constitucional de 1988. Isso porque, segundo ele, fazendo eco aos argumentos ruralistas "o processo concebido na Constituição, no artigo 231, é um processo unilateral.

É um processo em que a administração pública, ex-offício, identifica e demarca as áreas, olhando sobretudo apenas em uma direção, a direção do bem estar do indígena. O problema é que ao longo dos anos foi-se percebendo que essa visão unilateral, de só se olhar para a população indígena, esquecendo as circunstâncias, levaram, na verdade, eu posso dizer com a maior tranquilidade, a uma política genocida. Porque na medida em que a gente olha só para um lado do problema, todos os outros que estão excluídos da atenção do poder público produzem ressentimento. E o ressentimento acaba levando à estigmatização e a estigmatização, por sua vez, acaba levando ao genocídio".

Ora, além de incompatível com o arcabouço jurídico que envolve o procedimento de demarcação, uma vez que o elemento do contraditório é amplamente respeitado, tanto no campo administrativo, quanto no campo do Poder Judiciário, o argumento defendido pelo Dr. Eugênio, ideológica e maliciosamente, esconde os verdadeiros sujeitos político-econômicos

CONT.



responsáveis pelo atual quadro de genocídio dos povos indígenas no país. Como fica evidente no argumento, Aragão admite a existência de genocídio de povos indígenas no país, mas, além de esconder os sujeitos responsáveis pelo genocídio, o mesmo, desrespeitosamente, o legitima uma vez que seria, como que natural, que o “ressentimento” produzido pelo arguido unilateralismo produzisse a “estigmatização” e que, conseqüentemente, levasse ao genocídio.

O argumento em questão causa-nos, como não poderia deixar de ser, profunda indignação, e se enquadra na típica estratégia da culpabilização da vítima. Segundo ele, os povos indígenas seriam vítimas do genocídio porque ousaram lutar e conseguiram assegurar o reconhecimento do direito às suas terras tradicionais no texto Constitucional do Estado brasileiro.

O que defendemos é exatamente o contrário da opinião do sub-procurador. É a efetivação do direito fundamental às suas terras tradicionais que suplantará o quadro de genocídio de povos indígenas no Brasil. O genocídio de povos indígenas no Brasil precede o texto Constitucional vigente em nosso país. O genocídio de povos indígenas não se justifica e não se legitima sob qualquer hipótese. O genocídio de povos indígenas no Brasil é efetivado por sujeitos político-econômicos bem conhecidos, tais como, dentre outros, latifundiários, usineiros, empreiteiras, mineradoras. Em cada região e período histórico de nosso país, atuaram e atuam com avareza na perspectiva de se apossar e explorar as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos.

Os povos indígenas têm o direito à vida e o direito à vida precede o direito de propriedade. Os não-índios, ocupantes de terras indígenas, além de receberem pelas benfeitorias construídas sobre essas terras, têm direito à justa indenização dos títulos de propriedade de boa fé, por parte dos entes federados responsáveis pela sua emissão. Além disso, a legislação vigente no Brasil estabelece ainda o direito ao devido reassentamento aos ocupantes. O reassentamento, por sua vez, deve ser feito com a desapropriação dos latifúndios, que, infelizmente, se perpetuam em favor de poucos e devido aos genocídios provocados, aos privilégios históricos e à super-representação do setor no Congresso Nacional e noutros espaços de poder do Estado brasileiro.

Ao atacar o direito fundamental dos povos indígenas às suas terras tradicionais com os argumentos acima destacados, ataca-se também o direito dos não-indígenas ao devido reassentamento. Dessa maneira, faz-se a dupla defesa do latifúndio e da concentração fundiária cada vez maior em nosso país, objetivo central da estratégia ruralista ao defender a aprovação da PEC 215/00. Talvez seja este o motivo pelo qual Aragão, em momento algum de sua explanação, tenha feito referência à nota técnica produzida pela 6ª. Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, órgão setorial da Procuradoria Geral da República que trata de temáticas indígenas. Leia aqui a nota, que explicita a inconstitucionalidade da referida Proposta de Emenda Constitucional.

Brasília, DF, 17 de junho de 2014.

Cleber César Buzatto
Licenciado em Filosofia
Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário - Cimi



Boletim de Notícias - Edição nº 107/2014

Brasília, 18 de junho de 2014.

Rio Negro debate educação escolar indígena e Território Etnoeducacional SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.06.2014



Na maloca da Foirn, mais de 300 participantes discutiram educação escolar indígena no Rio Negro|Renato Martelli-ISA

ISA

A Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) em parceria com o ISA, com apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai), realizaram o seminário de Educação Indígena e o encontro do Território Etnoeducacional do Rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira, noroeste amazônico de 2 a 6 de junho.

Cerca de 350 professores e lideranças indígenas das comunidades localizadas nos municípios de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, participaram do evento denominado "Nossas experiências e lições aprendidas para políticas públicas – Agenda estratégica para as próximas décadas". Também marcaram presença representantes de instituições governamentais caso da Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena, do Ministério da Educação; da Secretaria Estadual de Educação do Amazonas; da Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel da Cachoeira; do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena; da Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatados (Funai) e da Coordenação Geral de Promoção da Cidadania (Funai).

Como parceiro da Foirn, o Instituto Socioambiental participou por meio de seus representantes do Programa Rio Negro, Rio Branco e Xingu, tendo como convidado Karim Juruna,

CONT.



representante da Associação da Terra Indígena do Xingu (Atix). Participou também o Observatório de Educação Escolar Indígena da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar).

Propostas de seminários regionais foram sistematizadas

Os três primeiros dias de discussão tiveram como base o contexto e os diagnósticos apresentados a partir dos seminários regionais de educação escolar indígena realizados nos municípios de Santa Isabel e em Barcelos e em comunidades indígenas do Alto Rio Negro como Itapereira (Médio Rio Negro); Tunui Cachoeira (Rio Içana); Taracuá Distrito (Médio Uaupés); Iauaretê (Alto Uaupés); Táwa (São Gabriel da Cachoeira) e povos Hupd'äh e Yuhupd'ëh (Rio Papuri, Igarapé Japu e Rio Tiquié).

Entre apresentações e palestras, as discussões em torno da educação indígena e as propostas das escolas indígenas, adequadas aos 31 grupos étnicos do Rio Negro, foram sistematizadas. Ao longo do evento, um Termo de Cooperação Interinstitucional e a atualização do Plano de Ação do Território Etnoeducacional do Rio Negro foram redigidos, discutidos e revisados por plenária e assinados no encerramento.

No decorrer do evento, a Foirn organizou textos diários sobre o seminário, fotos, entrevistas e textos inéditos de lideranças indígenas. O material completo está disponível no blog da Foirn.

A abertura contou com a palestra de André Fernando, liderança Baniwa, onde a distância entre a lei vigente e a prática do dia a dia ficou evidenciada. Outros relatos ao longo do dia bateram na mesma tecla e resumem um dos grandes problemas apontados: a falta de implementação de direitos garantidos pela Constituição, a Lei de diretrizes e bases e Resoluções como a 03/1996. Se não faltam leis, falta ação. Ao final da abertura, os alunos do ensino fundamental e médio da escola Tuyuka Utapinopona apresentaram danças de cariçu e japurutu.

No primeiro dia, representantes das coordenadorias regionais da Foirn apresentaram um resumo dos principais problemas e propostas, discutidos e sistematizados a partir dos grupos de trabalhos constituídos nos seminários regionais, relacionados com a estrutura física, merenda e transporte escolar, material didático, formação de professores indígenas, níveis de ensino das escolas nas comunidades e Projetos Políticos Pedagógicos Indígenas.

Estrutura precária foi um dos problemas apontados

Alguns pontos destacados foram a estrutura precária, a falta de formação continuada dos professores, processo seletivo com padrões exteriores à região, falta de material didático produzido pelas próprias comunidades e em línguas indígenas, falta de reconhecimento dos Projetos Políticos Pedagógicos Indígenas pelo governo e problemas com a qualidade e distribuição da merenda escolar.

À tarde, uma roda de conversa entre representantes da Foirn, Funai, Ifam, ISA, MEC, Semec/SGC, Seduc e Seind discutiu os desafios da educação escolar indígena, levando em consideração os pontos levantados nas apresentações da manhã. Os participantes levantaram

CONT.



questões e apresentaram suas demandas e propostas aos representantes do poder público. Entre as propostas, alternativas para questões como construção de escolas por meio de mutirões comunitários, produção e venda de merenda regionalizada, Projetos Políticos Pedagógicos próprios, formação continuada e protagonismo dos povos indígenas.

No segundo dia, as mais de 300 pessoas que lotaram a maloca da Foirn participaram de duas rodas de conversa, com apresentações e espaço para debater com os palestrantes. O coordenador da escola Yupuri, Vicente Villas-Boas Azevedo, que elaborou Projeto Político Pedagógico próprio e trabalha com as comunidades do Médio Rio Tiquié, ressaltou que apesar de o diálogo entre o Estado e comunidades indígenas ser um aspecto de grande importância para o desenvolvimento da educação escolar indígena, prevalece a lógica da tutela frente aos povos indígenas, levando-os para a margem da sociedade por não atender seus interesses e impor receio à participação indígena.

Experiências bem sucedidas de escolas piloto foram apresentadas

O processo de criação das escolas piloto desenvolvidas pela parceria Foirn-ISA foi lembrado. Criadas por conta de demandas das comunidades as escolas foram estabelecidas com o intuito de valorizar a diversidade, adotando a pesquisa como metodologia. Essa foi a marca de escolas como a Utapinozona dos Tuyuka, a Kumuno Wu'ú dos Kotiria, a Yupuri dos Tukano e a escola Pamáali dos Baniwa. O objetivo é privilegiar a qualidade de ensino e não somente o cumprimento de regras burocráticas. O que vale é o bem viver das comunidades, que traz para a realidade da educação escolar diferentes conceitos de pesquisa e de ensino, sempre em um processo de atualização e transformação. Tal fluidez, tão importante para acompanhar os anseios das comunidades, é mal compreendida pelas normas vigentes do Estado.

Entre os relatos de realidades locais feitos pelos participantes, destacam-se: o desajuste das políticas públicas para atender a realidade logística e de estrutura de gestão no Rio Negro; a cobrança de acordos já feitos com gestores públicos sobre estrutura física e contratação de recursos humanos; a falta de métodos adequados de avaliação escolar; a necessidade de se processar o governo e acionar o Ministério Público Federal diante de tantos casos de omissão; a necessidade de o Estado respeitar os povos indígenas; a falta de capacidade de operacionalização da Secretaria de Educação do Amazonas (admitida pelo próprio representante local); a inclusão de conhecedores como pajés, kumu e baya nas ações das escolas e de gestão territorial junto aos alunos recém formados de cursos como agroecologia e turismo; problemas para liberar materiais didáticos essenciais às escolas indígenas no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), pois não se encaixam dentro de seus pacotes; o longo processo a ser empreendido para que o Território Etnoeducacional vire uma unidade gestora; e a falta de definição do Estado de uma política linguística para as escolas indígenas.

A experiência do Xingu

No terceiro dia, uma roda de conversa formada por indígenas, entre lideranças, professores e coordenadores contou com uma exposição de Karim Juruna, da etnia Yudjá e liderança da Atix

CONT.



(Associação da Terra Indígena do Xingu). Ele apresentou alguns dos trabalhos que valorizam a cultura, reflorestam o território e unem as comunidades para enfrentar pressões como plantações de soja, criação de gado e grandes obras de infraestrutura, caso da hidrelétrica de Belo Monte. Apesar de o Parque do Xingu ter 28 municípios ao seu redor, somente sete deles atendem escolas indígenas. Para os participantes foi uma oportunidade de conhecer um contexto bastante diferente, principalmente no tocante à pressão pelo território, mas que tem similaridades como as atividades que fortalecem o poder e autonomia indígena.

Em seguida, gestores das escolas de Taracá, no Rio Uaupés e de Pari-Cachoeira, no Rio Tiquié expuseram como o sistema convencional de educação está enraizado em ideias do dia a dia e como vários pais são resistentes à educação indígena. De acordo com os expositores, temas como a colonização, seja externa ou de indígena para indígena e a valorização das identidades próprias de cada grupo podem trazer fortes contrapontos aos entraves para a educação indígena.

O seminário se encerrou com uma exposição do Observatório da Educação Escolar Indígena da Universidade Federal de São Carlos, que busca pesquisar, por meio de etnografias de escolas indígenas questões como o respeito aos conhecimentos indígenas, a comparação entre escolas diferenciadas e não diferenciadas, a infância indígena e as práticas pedagógicas. Depois, participantes e representantes governamentais trabalharam em cima do documento de encaminhamentos e propostas, disponível acima.

Nos dias 5 e 6, os debates foram sobre o Território Etnoeducacional do Rio Negro. O plano de ação, elaborado em 2009, foi revisado e atualizado pelos indígenas presentes, junto aos representantes institucionais que expuseram, instituição por instituição, suas linhas de ação e debateram com os participantes as ações propostas.

O encerramento contou com a assinatura por parte dos representantes institucionais dos documentos elaborados ao longo do seminário e a entrega dos diagnósticos impressos de todos os seminários locais para estes representantes. Finalmente, a Casa os alunos da escola Tuyuka Utapinopona encerraram o evento com cantos, danças e adornos cerimoniais.



Golaço de Werá!

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.06.2014

Por Tereza Amaral e Flávio Bittencourt, em ALF

Diante de olhares curiosos da Comissão de Arbitragem do jogo Brasil 3 X Croácia 1, na última quinta-feira, e possivelmente furiosos da presidente Dilma Rousseff e Joseph S. Blatter, presidente da FIFA, Werá Jeguaka Mirim-guarani fez o maior drible do Mundial: Abriu a faixa para o mundo clamando pela demarcação da aldeia krukutu, em São Paulo.

O garoto de apenas 13 anos, filho do escritor Olivio Jekupe e Maria Kerexu, também é escritor de literatura nativa e tem o rosto bastante conhecido pelo trabalho realizado em defesa da causa Guarani-Kaiowá.

Mas foi no jogo de abertura da Copa, realizado na Arena Corinthians, que ele entrou para a História, mesmo tendo sido `ignorado` naquele momento pela imprensa capitalista. Leiam entrevista exclusiva, via e-mail, concedida ao blog Amazônia Legal:

ALF: Diante de milhões de pessoas do mundo e da presidente Dilma Rousseff, como o seu coração bateu ao entrar na Arena?

Werá: Foi muito emocionante, fiquei feliz ao ver tanta gente me olhando e fiquei feliz em ver os jogadores também, mas ao mesmo tempo estava preocupado porque logo eu tinha uma missão a cumprir que era mostrar uma facha que ninguém sabia.

ALF: Quem sabia da faixa além de você, é claro?

Werá: Além de mim, quem sabia era o Fabio Costa, liderança aqui da aldeia, o Tupã de Oliveira e a Jerá guarani, Comissão Guarani Yvyrupa, e ninguém mais sabia, pois sei que foi um susto pra Dilma principalmente.

ALF-A iniciativa de associar a pomba da paz ao apelo pela demarcação foi uma ideia do seu pai?

Werrá: Quanto ao soltar a pomba não foi ideia da aldeia, pois foi ideia da FIFA mesmo, mas achei bonito pois a paz é para todos.

ALF:Em algum momento em que estava com a faixa escondida sentiu medo?

Werá: Sim, eu senti muito medo porque havia muitos fiscais nos observando e também fiquei com medo da reação do povo me olhando. Mas depois algumas pessoas me xingaram porque eu coloquei a facha, mas eu nem liguei, eu cumpri a missão.

CONT.



ALF: Você tinha consciência, naquele momento, que se conseguisse seria o maior driblador do Mundial em Direitos Humanos?

Werá: Eu nem imaginava que ia ser tão falado, mas fiquei feliz ao ver tudo isso, muitos falando sobre a demarcação. Isso me deixou feliz porque nós aqui das aldeias de São Paulo estão lutando a anos pela ampliação e demarcação das terras. E mesmo eu sendo tão novo eu fico feliz de saber que agi como um adulto.

ALF: Nos fale sobre onde escondeu a faixa e como driblou o nervosismo em como um guerreiro contrariar o cerimonial da Fifa

Werá: Eu escondi dentro da cueca e ninguém percebeu e naquele momento que eu entrava no campo fiquei com medo de algum fiscal perceber e viesse me tirar dali....Mas fiquei feliz por ver que eles não perceberam.

ALF: Nem mesmo seus dois acompanhantes desconfiaram?

Werá: Os meus amigos da aldeia que me acompanhavam eles sabiam.

ALF: Ao abrir a faixa os jornalistas viram. Qual a reação deles?

Werá: Quando abri a facha vi que o povo no estádio ficaram olhando mas não entenderam o que eu estava fazendo, talvez muitos não viam direito o que estava escrito, mas através do Facebook onde a foto surgiu, ai muitos viram o que eu tinha feito e ai começaram a compartilhar e muitos outros faziam o mesmo, e ai vi que a noticia rodou pelos cantos do mundo... Agora muitos jornalistas estão me procurando e irei atender todos que vierem na aldeia, pois sei que o que eu escrevi é muito importante e tenho que falar ao mundo que nós estamos sofrendo muito nas mãos dos políticos que lutam contra nosso povo e não nos defendem, e eu sou garoto e quero um futuro melhor para mim e para todos os indígenas.

ALF: E o sentimento de ali representar a ânsia de 305 etnias?

Werá: Bom, eu não pensava em coisa grande, apenas falar pela demarcação de nossas aldeias da capital de São Paulo, mas fico feliz que pude mostrar ao mundo que a demarcação é para todas as aldeias e espero que nossos parentes guarani e de outras etnias tenha gostado do que eu fiz, mesmo eu sendo tão novo, só 13 anos. Aliás, sou novo, mas ando com meu pai, Olívio Jekupe, ele é escritor e sempre que ele vai dar palestra me leva junto, e desde os 9 anos eu ando com ele, por isso aprendo muitas coisas da cidade, e também aprendi a escrever e hoje sou escritor também, e espero que um dia eu possa escrever um livro sobre a experiência que tive na copa de 2014.

Juíza Federal de Dourados quer que Funai vire SPI do Relatório Figueiredo: Apyka'i tem dez dias para se dissolver no ar
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.06.2014

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental



Há momentos em que a revolta é tanta, que não se sabe o que pesa mais! A 2ª Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul encaminhou hoje Intimação para que a Comunidade Indígena Curral do Arame – por nós conhecida como o acampamento Apyka'i, de Dona Damiana – desocupe o pequeno pedaço de território retomado, onde estão inclusive enterrados alguns de seus parentes.

A 'humanitária' decisão é da Juíza Adriana Freisleben de Zanetti, da 1ª Vara Federal de

Dourados, que pelo visto também resolveu colaborar com mudanças de atribuições no Executivo. Alegando que a Polícia Federal de Dourados informa "não dispor no momento de efetivo suficiente para o adequado cumprimento da medida judicial"; que cabe "à Funai a execução da política indigenista no Brasil"; e para evitar "eventual confrontação com policiais federais", determina que a "desocupação da propriedade" Fazenda Serrana seja feita pelos funcionários da Fundação Nacional do Índio.

A FUNAI que a meritíssima deseja usar como Polícia Federal tem prazo de dez dias para extinguir Apyka'i. A partir daí, passará a pagar R\$ 50 mil reais por dia de descumprimento. Seus servidores (aos quais não ficou claro que patentes serão atribuídas) serão responsabilizados pessoal e individualmente, se é que entendi bem essa parte da 'decisão', pelo pagamento individual de 20% do valor da causa, caso não exerçam o tal poder policial que passa a lhes ser atribuído. Finalmente, caso não desapareçam no ar caberá a Dona Damiana e a seus parentes pagar também multa diária, nesse caso de R\$ 5 mil reais!

Demonstrando sua preocupação com os Direitos Humanos, ela determina ainda que a Funai está proibida de participar da "manutenção da comunidade", ainda que na beira da estrada, onde não podem ficar "em condições desumanas de sobrevivência". Entendo que devem, pois, de alguma forma desaparecer no ar! E para isso uma relativa ajuda é a proibição do fornecimento de cestas básicas, implícita na decisão. Se for o caso, que morram pois de fome!

CONT.



Como não tenho estômago para ir adiante, publico abaixo a íntegra da decisão da meritíssima e a Intimação.


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
2ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL
1ª VARA FEDERAL DE DOURADOS

Autos nº 0004639-24.2013.403.6002
Cumprimento Provisório de Sentença
Autor: CASSIO GUILHERME BONILHA TECCHIO
Réu: COMUNIDADE INDÍGENA CURRAL DE ARAME E OUTROS

Vistos,
Fls. 258/261 e 288/293: Pedidos já apreciados pela decisão de fl. 241.
Fls. 294/308: Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos.

A COMUNIDADE INDÍGENA CURRAL DE ARAME, por meio da petição de fl. 319, novamente requer a suspensão do cumprimento da ordem de desocupação forçada da área em disputa até o julgamento das medidas judiciais contra a aludida decisão, em trâmite perante o Egrégio Tribunal Regional Federal da Terceira Região, a fim de não se impor à parte o ônus de suportar uma execução provisória irreversível.

Decido.
Os recursos manejados na instância superior não possuem, até o momento, decisão favorável aos recorrentes.
Portanto, a decisão para desocupação do imóvel deve ser mantida, mesmo porque, conforme já salientado nos autos, trata-se de novo esbulho da propriedade em nítida afronta à decisão judicial garantidora da reintegração de posse aos autores.

A Delegacia de Polícia Federal em Dourados informa, à fl. 309, não dispor no momento de efetivo suficiente para o adequado cumprimento da medida judicial.

Por sua vez, incumbe à FUNAI a execução da política indigenista no Brasil, dando cumprimento ao que determina a Constituição Federal de 1988, cabendo-lhe a responsabilidade de defender as comunidades indígenas, especialmente do risco à vida.

A decisão exarada pelo Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região no pedido de Suspensão da Execução de Sentença nº 00043038-45.2014.403.6000, manejado pela FUNAI, assentou que cabe aos órgãos públicos a exata execução de suas finalidades institucionais, não lhes sendo autorizado, após nova invasão da propriedade, a manutenção da comunidade indígena em condições desumanas de sobrevivência, pouco importa se na margem da rodovia ou nos desvios da propriedade rural (fls. 168/168).

Assim, a fim de se garantir uma pacífica desocupação, evitando-se eventual confrontação com policiais federais, os quais, inclusive, estão


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
2ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL
1ª VARA FEDERAL DE DOURADOS

momentaneamente impossibilitados de cumprir a ordem pelas razões acima expostas, a desocupação deverá ser feita pela própria FUNAI.

Diante do exposto, indefiro o pedido formulado pela Comunidade Indígena e determino que a desocupação da Fazenda Serrana, em Dourados, ocupada pelos indígenas, seja feita diretamente pela FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI, no prazo de 10 (dez) dias.

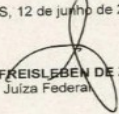
Fixo multa à FUNAI no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por dia de descumprimento. Ciente as autoridades responsáveis pelo cumprimento desta decisão que na hipótese de incidência da multa, este juízo oficiará ao Tribunal de Contas da União para apurar a responsabilidade pela incidência da multa e eventuais prejuízos suportados pelo erário.

Fixo multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por dia de descumprimento à COMUNIDADE INDÍGENA CURRAL DE ARAME.

Sem prejuízo, fixo a multa prevista no art. 14, parágrafo único, do CPC, aos servidores da FUNAI responsáveis pelo cumprimento desta decisão, no importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, cientes de que a responsabilidade pelo pagamento desta multa é pessoal.

Expeça-se o necessário.
Intimem-se.

Dourados/MS, 12 de junho de 2014.


ADRIANA FREISLEBEN DE ZANETTI
Juíza Federal

DATA
Nesta data, homologo os autos à Secretaria
Dourados, 12.06.2014

Suzana Elaine Moratti Polidório
Diretora de Secretaria
da 1ª Vara Federal


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
2ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL
1ª VARA FEDERAL DE DOURADOS
Rua Ponta Porã, 1875 - Dourados - CEP 79824-130 - Tel. (67) 3422-9804 e FAX (67) 3422-9030

URGENTE

MANDADO DE INTIMAÇÃO
Nº 042/2014-SM01/LSA

Expedido nos autos de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Nº 0004639-24.2013.403.6002, em que são partes CASSIO GUILHERME BONILHA TECCHIO e COMUNIDADE INDÍGENA CURRAL DE ARAME E OUTROS

A Doutora ADRIANA FREISLEBEN DE ZANETTI, MMa. Juíza Federal da 1ª Vara Federal de Dourados, 2ª Subseção Judiciária do Estado do Mato Grosso do Sul, MANDA ao Analista Judiciário Executante de Mandados da Central de Mandados de Dourados a quem o presente for distribuído que seja efetuada a INTIMAÇÃO da COMUNIDADE INDÍGENA CURRAL DE ARAME, por meio do Procurador Federal que a representa Dr. _____, ou quem as suas vezes fizer, para ciência e cumprimento da decisão de fls. 325, cuja cópia segue anexada. Ficam os interessados cientificados de que este Juízo Federal se localiza na Rua Ponta Porã, nº 1.875, Jardim América, em Dourados/MS, CEP 79.824-130, Tel. (67) 3422-9804.

Anexos: decisão de fls. 325

Expedido nesta cidade de Dourados/MS, em 16 de junho de 2014, Eu, Lúzia Maria dos Santos Almeida, RF 5166 _____, Analista Judiciária o digitei e conferi.


SUZANA ELAINE MORATTI POLIDÓRIO
Diretora de Secretaria
De ordem do MMa Juíza

Índios fazem turismo em Cuiabá e em Manaus, bolão
SÍTIO O GLOBO, 18.06.2014

Índios do Xingu conhecem Arena Pantanal no jogo entre Rússia e Coreia do Sul



Um grupo de 15 índios ganhou ingressos da Funai para o estádio, em Cuiabá:
"Nunca pensei que iríamos assistir à Copa do Mundo com povos de outros países"
Agência O Globo / Lauro Neto

por Lauro Neto e Catharina Wrede

CUIABÁ e MANAUS — Quinze índios das etnias kuikuro e pareci entraram hoje pela primeira vez num estádio de futebol. A ocasião não poderia ser mais especial para eles: primeiro, um jogo do Brasil na Copa do Mundo, transmitido nos telões da Arena Pantanal, seguido do confronto entre Rússia e Coreia do Sul, que terminou empatado em 1 a 1.

Para os kuikuros, espalhados em cinco aldeias ao longo do Xingu, chegar à cidade foi uma grande viagem: cinco horas de barco e 13 de ônibus. Com celulares, câmeras fotográficas e tatuagens de uma marca de refrigerante nos braços, eles não chamaram tanta atenção como os parecis e seus cocares, que viraram atração turística.

Liderados por Nedino Maizokie, de 49 anos, eles chegaram no segundo tempo do jogo do Brasil depois de 200 quilômetros de estrada a partir de Tangará da Serra, onde vivem 50% dos quase 3 mil parecis espalhados por 62 aldeias. Apesar de ver um jogo sem gols, os olhos de Nedino não escondiam a emoção de estar ali.

— Como liderança dos parecis, é muito importante estar aqui torcendo e representando a minha etnia. É uma grande satisfação. Estou muito emocionado. Nunca pensei que iríamos assistir à Copa do Mundo com povos de outros países — disse Nedino, já na sua cadeira, depois de ver boa parte do jogo em pé, mais perto do gramado.

CONT.

Enquanto parte da torcida viajava nos momentos em que o telão saía do ar, os kuikuros permaneciam com os olhos fixos esperando a imagem voltar enquanto trocavam palavras em karib, língua materna da etnia.

Vestindo uma camisa de Neymar, Yamaluy, de 30 anos, era um dos mais empolgados. Casado com a filha do cacique da aldeia central, ele levava as mãos à cabeça e gritava nos lances de perigo.

— Foi 0 a 0, mas uma grande pressão pros dois lados. É uma honra para mim assistir a um jogo da Copa no estádio. Nunca mais vou esquecer e vai ficar registrado em todas as fotos que tirei — comemorou Yamaluy.

Durante os hinos da Coréia e da Rússia, eles ficaram de pé, respeitosamente. Também se levantaram para bater palmas e cantar "eu sou brasileiro, com muito orgulho, com muito amor!". Mas pareceram não perceber o movimento da "ola" e permaneceram sentados.

Convidados pela Funai para assistir a um jogo entre seleções sem tanta expressividade, eles pareciam não se importar muito com a qualidade do futebol apresentado em campo. O ineditismo da experiência era muito mais importante do que isso.

— É uma emoção muito grande porque é a primeira vez que os índios são contemplados com ingressos. Também promovemos esportes indígenas e é um privilégio estar aqui — disse Maria Helena Azomezohero, de 50 anos.

PERTO DE MANAUS, ÍNDIOS ORGANIZAM BOLÃO PARA JOGO BRASILEIRO



Torcida. Índios em aldeias próximas de Manaus assistem ao jogo da seleção- Agência O Globo / Catharina Wrede

Faltavam 10 minutos para o jogo entre Brasil e México começar e o índio Uriá recolhia o dinheiro para o bolão daquela partida em cada uma das cerca de 20 casas da aldeia do Tupé, na periferia de Manaus. A R\$ 5 o palpite e com o hino nacional entoado de cór, estavam certos de que apostando na vitória brasileira alguém ali levaria um trocado. Mas ninguém sugeriu o minguido 0 X 0.

— Só tem leso nesse time — resmungou Lemussy, uma jovem índia da etnia Desana enquanto olhava fixamente para a TV de LED de 42" recém comprada.

Aos 25 anos, Lemussy é fã da Copa, assiste ao jogo com a camisa da seleção e pede silêncio a quem fala alto durante a partida. Esparramado numa rede ao seu lado, um careca de pele bem branca, olhos azuis e pés descalços confere os lances de Neymar enquanto mexe no laptop acarinhado pela brisa que sai de um ventilador de mesa apontado em sua direção.

CONT.



— Chris, pega a minha camisa do Brasil, que já deve estar seca - ordena a índia.

O alemão atende prontamente. Os dois são casados há quatro anos e têm Luna, uma indiazinha de 2 anos. Nascido e criado em Munique, Christian Blanlenhorn, de 40 anos, sucumbiu aos encantos de Lemussy durante uma viagem a la gingo na Amazônia em 2010. Como muitos turistas que vão à Manaus, Chris conheceu a aldeia de Tupé.

A relação dos dois — num português improvisado por parte do europeu — é uma eterna despedida. Funcionário da Airbus, Chris passa apenas um mês por ano em Tupé. O resto do tempo está em Munique, sede da empresa, ou em viagens a trabalho.

— O paraíso tem um preço — diz ele.

Localizada às margens do Rio Negro, Tupé é a aldeia mais afastada da capital amazonense. Com uma população que beira os 60 habitantes (muitas delas crianças que, nem aí apara o jogo do Brasil, brincavam de catar folha na ventania) a comunidade vive do turismo.

— Gostamos do turista porque é ele que sustenta a gente. Não podemos plantar ou explorar nada nessa mata. Isso aqui é reserva ambiental, não é área indígena. É difícil sobreviver desse jeito — reclama em tom de voz alto o curandeiro pajé Raimundo Kissibi, líder da aldeia e pai de Lemussy.

Nascido no município de São Gabriel da Cachoeira, na fronteira entre Colômbia e Venezuela, Kissibi tem rancor em seu discurso ao contar sua história de costas para a TV, sem ligar para o jogo do Brasil:

— Eduquei e civilizei de acordo com a religião católica. Hoje digo que sou católico. Mas fui obrigado, né.

O motivo da mudança do grupo de São Gabriel da Cachoeira para Manaus é incerto. O que se ouve na região é que eles foram trazidos para serem explorados pela iniciativa privada. Hotéis teriam trabalhado para trazê-los até a capital amazonense com o intuito de vender apresentações para os hóspedes. Mas o projeto não deu certo e eles teriam permanecido sem apoio.

— O mundo moderno tem coisas boas, trouxe a civilização pra gente — justifica o pajé mostrando dois aparelhos de celular: — Os tempos mudaram muito. Antes, na lei dos índios, ninguém podia casar com homem branco. Mas as coisas se transformam, olha esse cara aí (aponta para Chris, seu genro).

Chris foi um dos ganhos do mundo moderno para a comunidade, de acordo com Kissibi. Além de arcar com os custos de energia da casa da mulher e da casa dos sogros, ele volta e meia realiza consertos na aldeia e paga a todos que o ajudam nos reparos quatro vezes mais que o valor de mercado. Acham que ele é rico.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 107/2014

Brasília, 18 de junho de 2014.

— Por um lado, isso é um problema aqui, mas procuro garantir o sustento da minha família, principalmente o da minha filha. Quero que ela fale várias línguas para ter poder de escolha e muitas portas abertas na vida.

Chris garante que foi bem aceito pela aldeia e, principalmente, pelo sogro:

— Quando ele deixou que a filha dele fosse conhecer a Alemanha comigo eu vi que tinha sido aprovado.

Ao ser questionado se ela gostou, responde prontamente:

— Não... foi um choque muito grande. Quis voltar.

Ao fim da partida, desânimo geral na aldeia, Kissibi se despede deixando um cartão com seu nome, e-mail, telefone e Facebook.

Lideranças indígenas do Brasil cruzam o oceano Atlântico e mobilizam garantia de direitos

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.06.2014

Reunidas em uma das mais amplas e plurais comitivas que já cruzou o Oceano Atlântico, lideranças indígenas do Brasil estarão em Portugal, na próxima semana, para partilhar experiências e fortalecer, em nível internacional, as suas lutas em prol da garantia de direitos (terra, saúde etc.)



ArpinSul – Representantes dos povos Guajajara, Macuxi, Munduruku, Terena, Taurepang, Tukano, Yanomami e Maya estarão presentes no Colóquio Internacional “Território, Interculturalidade e Bem-Viver: as lutas dos povos indígenas no Brasil”, que será realizado no dia 24 de junho, no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (UC), organizado no âmbito do Projeto ALICE – Espelhos Estranhos, Lições Imprevistas, em parceria com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

Coordenadora executiva da APIB, Sonia Guajajara avalia que “o mundo vive um momento de mudanças incrivelmente desumanas” e que “o modelo de desenvolvimento atual desrespeita, desconsidera e pisoteia quem ousar não se inserir nesse contexto”. “Nós, povos indígenas, vivemos um momento dramático de ameaças, retrocessos, violações de direitos e violências brutais. Um dos caminhos para seguirmos na luta é fazer esse enfrentamento político e internacionalizar as discussões para dar visibilidade à situação real que vivemos no Brasil”.

“Há mais de cinco séculos, o colonialismo, fortemente associado desde o seu nascedouro ao que se produz nos centros de produção de conhecimento virados ao ‘Norte’, vem reservando aos indígenas uma condição de povos supostamente ‘incapazes’ e ‘inferiores’. Para o Projeto

CONT.



ALICE, que se dedica às chamadas 'epistemologias do Sul' – ou seja, às alternativas ao modelo colonial, capitalista e patriarcal –, os povos indígenas são sujeitos plenos de lutas cruciais para toda humanidade, bem como detentores e praticantes de conhecimentos que desafiam a ordem estabelecida", reflete o sociólogo Boaventura de Sousa Santos, coordenador do ALICE, diretor do CES e anfitrião do colóquio.

Os debates se darão em três módulos (veja programação completa e faça a inscrição gratuita para o evento). O primeiro, pela manhã, tratará do modelo de desenvolvimento neoextrativista brasileiro e das lutas pela terra e pelo bem-viver. O segundo, que abre os trabalhos da tarde, enfoca a saúde indígena e a interculturalidade. Já o terceiro se dedicará às questões de gênero e, mais particularmente, à saúde da mulher indígena.

Para Telma Marques, do Povo Taurepang e secretária do Movimento de Mulheres do Conselho Indígena de Roraima (CIR), a presença "além-mar" é uma oportunidade de "trazer para sociedade a conscientização acerca da importância do respeito quanto à garantia dos nossos direitos indígenas, que vêm sendo violados há 514 anos". O colóquio também deve ajudar, continua Telma, a "fortalecer a nossa luta e fazer o Estado brasileiro entender definitivamente que a terra é a nossa vida e a das futuras gerações".

Lideranças indígenas confirmadas:

- Sonia Bone Guajajara (Povo Guajajara – Coordenadora Executiva da APIB)
- Josias Manhuary Munduruku (Povo Munduruku)
- Jacir José de Souza (Povo Macuxi)
- Luis Henrique Eloy Amado (Povo Terena)
- Dário Vitorio Kopenawa Yanomami (Povo Yanomami)
- Maximiliano Correa Menezes (Povo Tukano)
- Paulino Montejo (Povo Maya – Assessor da APIB)
- Telma Marques da Silva (Povo Taurepang)
- Maria Leusa Munduruku (Povo Munduruku)

Abertura e encerramento:

Boaventura de Sousa Santos

Colóquio Internacional

Território, Interculturalidade e Bem-Viver: As Lutas dos Povos Indígenas no Brasil

Data: 24 de junho de 2014

Local: Centro de Estudos Sociais (CES) – Sala 1

Universidade de Coimbra (UC)

Horário: 9h às 19h

Inscrições gratuitas em: <http://bit.do/coloquioindigenas>

Haverá transmissão ao vivo (via streaming), na página do Projeto ALICE (www.alice.ces.uc.pt) a partir das 9:00 AM de Portugal (UTC/GMT 1)



Governo Federal propõe troca de fazendas para pôr fim a conflito indígena em Sidrolândia

SÍTIO NOTICIDADE, 18.06.2014

Troca de fazendas é discutida entre governo federal e produtores rurais para dar fim à negociação por 15 mil hectares em Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia, a terra Buriti. Depois de mais de um ano de discussão, o processo para compra da área voltou a paralisar. A presidente Dilma Rousseff (PT) deu ordem para acelerar a negociação.

Agora, é discutida o repasse de duas fazendas para indenizar os produtores. Um imóvel rural com 13 mil hectares em Jardim e uma propriedade com dois mil hectares em Nioaque.

No curso da negociação, chegou a ser cogitada área no Pantanal, que foi descartada pelos fazendeiros. Ainda conforme informações extraoficiais, a presidente determinou que o Incra faça nova avaliação da terra Buriti.

Nesta segunda-feira, técnicos de órgãos ligados à questão fundiária realizam reunião no Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). À tarde, as propostas serão discutidas na Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul).

Na última proposta, divulgada na sexta-feira, a União elevou o valor da indenização de R\$ 78 milhões para R\$ 80 milhões. No entanto, os produtores cobram o valor de R\$ 130 milhões, apresentados no contra laudo elaborado por uma empresa particular. Do total, são 124,5 milhões pela área e R\$ 5,5 milhões para indenizar as benfeitorias.

Com a negociação frustrada, a Famasul divulgou nota de repúdio, denunciando descaso e uma manobra premeditada do governo federal, que descumpriu prazos e deixou a decisão para depois da abertura da Copa do Mundo.

Representante dos índios terenas, o advogado Luiz Henrique Eloy afirma que o valor oferecido pela União é justo. "Quando pedem R\$ 130 milhões, não levam em consideração a depreciação da área. É muito para uma área em conflito", afirma.

Campo Grande News



Em defesa dos direitos indígenas e quilombolas e contra a criminalização dos defensores e defensoras de direitos humanos

SÍTIO CIMI, 18.06.2014

As organizações sociais, os movimentos populares, os Defensores e as Defensoras de Direitos Humanos reunidos no I SEMINÁRIO ESTADUAL DOS DEFENSORES E DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS NO RIO GRANDE DO SUL, que teve lugar nos dias 09, 10 e 11 de junho de 2014, em São Leopoldo/RS, vem a público manifestar-se em defesa dos direitos indígenas e quilombolas e contra a criminalização dos defensores e defensoras de direitos humanos, dos movimentos e organizações sociais populares e suas lideranças.

A omissão, negligência e conivência das três esferas de Estado (Judiciário, Legislativo e Executivo) promoveram ao longo dos últimos anos: a paralisação das demarcações das terras indígenas e quilombolas; a invasão aos territórios ancestrais; o assassinato de milhares de jovens negros; o desalojamento de milhares de famílias de suas casas e terras; a implementação de megaprojetos criminosos realizados numa lógica de "desenvolvimento" predatória para a maioria dos seres humanos e para o meio ambiente; a criminalização e prisão de lideranças indígenas, quilombolas e dos movimentos sociais.

As violações aos direitos humanos aumentam, mas a resistência também aumenta. Nós, entidades e movimentos, que lutamos pela defesa dos direitos humanos nos juntamos a todos aqueles que estão em luta pela garantia de direitos sociais, políticos e nas lutas pela terra e contra o racismo institucionalizado.

Resistiremos e lutaremos contra o agronegócio, contra os projetos do capitalismo para o campo e as alianças entre os ruralistas, as corporações transnacionais, o capital financeiro com os governos. Colocamo-nos contra o governo federal e estadual que estimulam o desenvolvimentismo e que pactuam com os crimes impostos pelo latifúndio e que geram inclusive conflitos entre os pequenos.

Recuperar e fortalecer as expressões coletivas da verdadeira cidadania é o desafio que está posto, para nós, povos que resistimos aos impactos da neocolonização e lutaremos:

- Contra o genocídio da juventude negra;
- Contra a PEC 215/2000 (projeto de emenda à Constituição Federal) e PLP 227/2012 (projeto de lei complementar da Câmara dos Deputados);
- Contra a Ação Direta de Inconstitucionalidade/3239 proposta pelo DEM (Democratas);
- Pela titulação e demarcação imediata dos territórios quilombolas e indígenas;
- Pela Reforma Agrária;
- Pela unidade campo, floresta e cidade, só a luta traz conquistas;

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 107/2014

Brasília, 18 de junho de 2014.

-
- Pelo passe livre para estudantes, trabalhadores, quilombolas e indígenas;
 - Pelo reassentamento/indenização para pequenos proprietários em sobreposição com terras indígenas e quilombolas;
 - Pela libertação dos presos políticos do povo Kaingang - terra indígena Kandóia.

São Leopoldo, 11 junho de 2014.

Produtores rejeitam R\$ 80 milhões e querem saída de índios de terras

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 18.06.2014



Fazenda Buriti, ocupada em maio do ano passado por indígenas (Foto: Cleber Gellio)

Marcadas para esta quarta-feira (18) em Brasília, duas reuniões entre representantes dos produtores rurais, que ocupam parte da Reserva Buriti em Sidrolândia, a 71 quilômetros da Capital, de órgãos federais e do Ministério da Justiça são consideradas como última tentativa de acordo. Conforme os produtores, não será aceita oferta do Governo Federal inferior aos R\$ 124,5 milhões e se não houver acordo, os ruralistas irão pedir reintegração de posse das terras ocupadas por indígenas há um ano.

O último valor oferecido pela União aos produtores foi R\$ 80 milhões, valor menor do que os R\$ 130 milhões, incluindo R\$ 124,5 milhões das terras e R\$ 5,5 milhões de benfeitorias, valor presente no laudo paralelo produzido por uma empresa privada contratada pelos produtores.

Na primeira reunião de hoje, o presidente da Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de MS), Eduardo Riedel, representará os produtores em encontro com o assessor especial do Ministro da Justiça, Marcelo Veiga. No período da tarde, outro encontro será feito com o ministro Miguel Rossetto, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o advogado-geral da União, Luis Inácio Adams e o presidente nacional do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Carlos Guedes de Guedes.

Ainda segundo os produtores, se não for oferecido o valor pedido pelos ruralistas, eles prometem retomar ações na Justiça Federal e enquanto os processos são julgados, pedirão reintegração de posse imediata dos 15 mil hectares envolvidos no conflito.

Em agenda pública nesta quarta-feira (18), o governador André Puccinelli (PMDB) ressaltou a importância de elevar o valor oferecido pela União. Segundo ele, o aumento de R\$ 2 milhões ofertados na última rodada de negociações é "deboche".

"Os últimos julgamentos não reconhecem a terra como indígena e a área tem que ser mais valorizada. Não acho que é má vontade e sim incompetência. Os métodos que estão sendo usados são técnicos, então esse valor precisa ser maior", diz Puccinelli que afirma ainda que já entrou em contato com ministros envolvidos na negociação e que pediu revisão do valor.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 107/2014

Brasília, 18 de junho de 2014.

Impasse - Conforme já divulgado pelo Campo Grande News, há uma cobrança da presidente Dilma Rousseff (PT) para que o caso seja resolvido de forma rápida. As negociações duram mais de um ano, e no dia 31 de junho vence o prazo para que o pagamento seja incluído nos precatórios e o dinheiro saia em 2014. Caso contrário, só em 2015.

De um lado, os produtores rurais não abrem mão dos R\$ 124 milhões, apresentados no laudo elaborado por uma empresa particular. Do outro, o Incra, autor do estudo que estipulou a indenização, inicialmente, em R\$ 78 milhões que, em seguida, subiu para R\$ 80 milhões, após negativa da classe produtiva.



Para MPF, proposta que transfere demarcação de terras indígenas para o Legislativo é inconstitucional

SÍTIO CEDEFES, 18.06.2014

Assunto foi discutido pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados que aprecia a PEC 215-A, em São Paulo

O Ministério Público Federal (MPF) defendeu, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no último dia 6 de junho, a inconstitucionalidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215-A, de 2000. A PEC 215 propõe retirar do Executivo e acrescentar às competências exclusivas do Congresso a aprovação de demarcações de terras tradicionalmente ocupadas por indígenas e a ratificação daquelas já homologadas.

Para o procurador regional da República Walter Claudius Rothenburg, designado pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para representar o MPF na audiência promovida pela comissão especial da Câmara dos Deputados que aprecia a PEC 215-A, o artigo 49 da Constituição de 1988 conferiu ao Congresso Nacional a competência exclusiva para aprovar o estado de defesa, a intervenção federal ou para autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos, pesquisa e a lavra de riquezas minerais. "Contudo, tais competências somente são admitidas ao Poder Legislativo por expressa deferência do Poder Constituinte originário", declarou.

Segundo o procurador, um rearranjo que provocasse o esvaziamento das competências próprias de outro Poder e desvirtuasse o quadro de separação funcional e orgânica traçado pela Constituição incidiria na vedação expressa de emendas que tendem a abolir a separação dos Poderes, os direitos e garantias individuais. Caso aprovada, seria questionada no Supremo Tribunal Federal, corte em que tenderia a julgar pela inconstitucionalidade da emenda. "Por esse motivo, recomenda-se que o Congresso rejeite a proposta para evitar vê-la declarada inconstitucional", concluiu o procurador.

Participaram da reunião os deputados federais Junji Abe (PSD/SP), Osmar Serraglio (PMDB/SP) e representantes da bancada ruralista.

Nota técnica - Para embasar a discussão, Walter Claudius utilizou a nota técnica produzida em setembro de 2013, pela 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF (órgão setorial que trata de temáticas indígenas). O documento é contrário à PEC 215

Fonte: MPF



Secretaria-Geral, Pnud e ABC visitam primeiro Núcleo Indígena ODM do Brasil

SÍTIO SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 18.06.2014

De 11 a 14 de junho, representantes da Secretaria-Geral da Presidência da República, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) realizaram uma visita ao recém-criado Núcleo Indígena ODM no estado de Mato Grosso do Sul, o primeiro do Brasil. A atividade incluiu ações de mobilização e articulação de parcerias para o Núcleo Estadual ODM e o Núcleo Indígena.

Durante reunião com o prefeito de Campo Grande, Gilmar Olarte, foram abordados os trabalhos do núcleo ODM em Campo Grande e do estado do Mato Grosso do Sul e feita a adesão da capital ao Núcleo Municipal. Durante a reunião, Ieva Lazareviciute, do Pnud, destacou a necessidade de cooperação no Mato Grosso do Sul. "Os ODM ainda são um desafio para as minorias, deve-se reforçar o Movimento Nacional para articular também com os povos indígenas. Essa é uma inovação que vem superar o desafio para atingir os ODM", afirmou.

Na ocasião, o prefeito questionou o que fazer e como fazer a articulação com as demandas das cidades. Luiz Alberto Vieira, da Secretaria-Geral da Presidência da República, falou que "o crescimento econômico é uma política que não pode estar descolada do desenvolvimento social. O município deve acompanhar esta premissa". Vieira propôs ao prefeito a assinatura da Agenda de Compromissos estabelecida pela presidenta Dilma Rousseff a todos os prefeitos brasileiros em fevereiro de 2013.

O prefeito assinou o termo de adesão ao Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade e se colocou a disposição dos trabalhos do núcleo ODM do Mato Grosso do Sul.

Também foi realizada reunião com a Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social, na qual foi apresentado um mapa do estado do Mato Grosso do Sul registrando a localização geográfica das etnias indígenas que habitam o estado. Na reunião, foram explicitadas as principais dificuldades e particularidades dos povos indígenas e reconhecido o conflito fundiário na região de Dourados e Ponta Porã com os Terena, Grarany e Kaiowá. O baixo IDH na região demonstra os sérios problemas vividos na região, em especial com relação à saúde. Os participantes relataram que vem desenvolvendo trabalhos em 73 aldeias e que os acampamentos indígenas não são reconhecidos pelo estado, uma vez que esses indígenas, em tese, vêm de uma terra de origem. Ainda na reunião, surgiu a proposta de se disponibilizar uma equipe para trabalhar, desenvolver e fortalecer os ODM para os indígenas do Mato Grosso do Sul.

No dia 12 de junho, foi realizada reunião com a Superintendência da Caixa Econômica Federal. Na ocasião, foram apresentadas as ações e os programas da instituição voltados às políticas

CONT.



públicas relacionadas aos ODM. O representante da Secretaria-Geral da Presidência da República destacou a importância das parcerias e lembrou que a Caixa vem sendo um parceiro fundamental e estratégico para as ações dos ODM.

Também ocorreu reunião com a presença de representantes do Núcleo ODM Mato Grosso do Sul, com organizações não governamentais, com o setor empresarial, e indígenas que residem na capital do estado do Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

O representante da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Alberto Vieira, iniciou a reunião perguntando “como vamos fazer para que o núcleo indígena possa atender às demandas das comunidades indígenas?” Destacou ser um momento de construção e lembrou “que não iremos resolver tudo, em especial a questão fundiária, e sim procurar as soluções possíveis através dos ODM, para amenizar as tensões”.

Para Ieva Lazareviciute, do Pnud “estamos focados na criação de um núcleo indígena para comunidades específicas, para unir forças, para um mundo melhor, e cada um traz a sua visão e apontamentos na questão indígena. Estamos à disposição de todos, para programar as estratégias, capacitação dos multiplicadores, para elevar o patamar de mobilização”. Citou a experiência da Colômbia, onde foram priorizados, pelos próprios indígenas, o 5º ODM. “O desafio foi lançado, espero com muita humildade construirmos juntos uma boa proposta indígena para os ODM no Brasil”, disse a representante do Pnud.

Os indígenas se manifestaram propondo um grande encontro para conversar com as bases, para criar estratégias e diálogo e discutir os desafios que acontecem no estado. A ideia é fazer um projeto que trabalhe com as nove etnias para tentar solucionar o problema da fome nas aldeias.

No dia 13 de junho, foi realizada reunião na aldeia Piraká. Durante o encontro, foi explicitada a necessidade de se implementar junto às comunidades o processo de consulta para construção coletiva das propostas de ODM indígena.



Operação Simpatia é realizada em aldeia indígena

SÍTIO BRASIL NOTÍCIA, 18.06.2014

A Frente de Proteção Etnoambiental do Envira (FPEENV/Funai-AC) realizou no último dia 13 a Operação Simpatia, que consiste em averiguar as ameaças que a comunidade Ashaninka e os residentes da Aldeia Simpatia, estão recebendo ao longo do ano. As informações que foram recebidas pela FPEENV via rádio dizem que índios isolados da região estavam saqueando casas.

Operação é realizada na Aldeia Simpatia após denúncia de ameaça aos residentes do local.

A tentativa de furto foi à casa do indígena Raimundinho Kampa, que atualmente encontra-se no município de Feijó. Segundo ele, os índios tentaram levar panelas, roupas e utensílios domésticos, mas foram surpreendidos quando Raimundinho correu e arrancou os itens das mãos dos saqueadores.

Em parceria com o governo do Estado, a FPEENV desenvolveu a operação Simpatia, afim de qualificar informações provenientes da aldeia e realizar os encaminhamentos. Os dados apresentados pela comunidade Ashaninka da Aldeia Simpatia foram repassados ao Exército, Polícia Federal e governo do Estado, por meio da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Acre, e houve uma reunião no dia 12 de junho na sede da PF para tratar sobre o assunto.

Devido ao difícil acesso à região, o governo do Estado disponibilizou um helicóptero Harpia 1 para transportar dois agentes e um indigenista, com intuito de averiguar a veracidade da denúncia das ameaças de índios isolados que vivem na região do Envira, fronteira com o Peru.

“O Estado do Acre fará toda a proteção por meio da Assessoria Indígena nesta operação. A operação em, si necessita de apoio policial e certamente será dada pela PF e Força Nacional, com a possível participação do Exército”, explicou Ildo Reni Graebner, secretário de Segurança Pública do Estado do Acre.

Ameaça semelhante ocorreu na base da Funai no Xinane, que é um trecho próximo à Aldeia Simpatia, e foi fechado em 2012 devido à constante presença de invasores ainda não qualificados, possivelmente provenientes do Peru e a reestruturação da Funai em nível nacional. Porém, este fato resultou na intensificação de perturbações à Aldeia Simpatia.

Assim, foi sinalizada pelo estado do Acre a possibilidade de auxílio junto a FPEENV para a retomada da BAPE Xinane com forças de segurança. Essa questão ficou para ser discutida também juntamente com a PF e Exército assim que a presente situação de presença de isolados nas proximidades da Aldeia Simpatia se resolver.

Fonte: Agência de Notícias do Acre.

Advogado indígena Terena será palestrante em evento em Portugal

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.06.2014



No dia 24 de junho a cidade de Coimbra, em Portugal, recebe o colóquio "Território, interculturalidade e bem-viver: as lutas dos povos indígenas no Brasil". A programação inclui falas de lideranças e representantes indígenas de sete diferentes etnias brasileiras. Representando Mato Grosso do Sul, participa o advogado Terena Luiz Henrique Eloy. Ele vai fazer parte da mesa de discussões com o título "O Bem-Viver e as lutas pela terra: um debate sobre o modelo de desenvolvimento neoextrativista brasileiro".

Luiz Henrique Eloy é advogado e atua como assessor jurídico do Conselho do Povo Terena e Conselho Aty Guasu Guarani Kaiowá. Ele é Terena da Aldeia Ipegue, em Aquidauana, interior de Mato Grosso do Sul. Formou-se em Direito na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e é Mestre em Desenvolvimento Local pela mesma instituição. Durante a graduação, Luiz integrou o projeto Rede de Saberes, que apoia a permanência de acadêmicos indígenas no Ensino Superior.

Nos últimos anos, com o aumento das possibilidades de entrada de indígenas nas universidades brasileiras, o principal desafio era a permanência destes indígenas no Ensino Superior. Com o objetivo de diminuir a evasão, uma iniciativa reúne quatro instituições em Mato Grosso do Sul: a UCDB por meio do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas (NEPPI), a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Viabilizado com recursos da Fundação Ford, o projeto Rede de Saberes oferece monitorias, incentivo à pesquisa e iniciação científica, laboratório de informática, suporte à participação e organização de eventos, entre outras atividades.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 107/2014

Brasília, 18 de junho de 2014.

Evento Território, interculturalidade e bem-viver: as lutas dos povos indígenas no Brasil

O colóquio a ser realizado em Coimbra tem como objetivo traçar um estudo dos impactos socioculturais e ambientais sofridos por conta do padrão neoextrativista de desenvolvimento brasileiro, contextualizar o conflito dos povos indígenas pelo território, discutir os direitos e a mobilização das mulheres a partir da saúde indígena, refletir sobre a importância das práticas econômicas de reprodução material da vida como formas de manutenção das diferentes cosmovisões e de garantia do bem-viver e ampliar o debate sobre o sentido da saúde no âmbito da questão indígena.

Mais informações sobre o evento em Portugal [AQUI](#).

Mais informações sobre o Rede de Saberes e o NEPPI: www.neppi.org

Indígenas se instalam em prédio da antiga Ceasa

SÍTIO RÁDIO TAPEJARA, 18.06.2014



Local não oferece a infraestrutura mínima aos indígenas
(Foto: Ingra Costa e Silva/Rádio Uirapuru)

Na noite desta terça-feira, famílias de indígenas que estavam acampados às margens da rodovia ERS 324, ocuparam o prédio da CEASA, localizado próximo ao parque Wolmar Salton, às margens da BR 285.

Segundo o cacique Ibrail, responsável pelas 32 famílias que estão no local, a medida foi tomada visando a segurança dos indígenas, que corriam muitos riscos quando estavam às margens da ERS 324, em Pontão.

Ele afirma que as crianças estudavam quando eles estavam acampados nas proximidades de Pontão e que agora, representantes indígenas devem contatar a Secretaria Municipal de Educação para encaminhar a transferência das crianças.

Cacique Ibrail comentou, ainda, que os indígenas comunicaram a FUNAI e o governo estadual sobre a locomoção dos mesmos. Eles já providenciaram materiais para a construção de suas casas temporárias. O cacique frisou que não há reivindicação por terras nas proximidades, que eles continuam aguardando a questão de Demarcação de Terras Indígenas de Pontão.

Os indígenas encaminharam um ofício ao estado, solicitando fornecimento de água e de luz.

Fonte: Rádio Uirapuru

Governo Federal propõe troca de fazendas para pôr fim a conflito indígena em Sidrolândia

SÍTIO CIDADES MS, 18.06.2014



Troca de fazendas é discutida entre governo federal e produtores rurais para dar fim à negociação por 15 mil hectares em Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia, a terra Buriti. Depois de mais de um ano de discussão, o processo para compra da área voltou a paralisar. A presidente Dilma Rousseff (PT) deu ordem para acelerar a negociação.

Agora, é discutida o repasse de duas fazendas para indenizar os produtores. Um imóvel rural

com 13 mil hectares em Jardim e uma propriedade com dois mil hectares em Nioaque.

No curso da negociação, chegou a ser cogitada área no Pantanal, que foi descartada pelos fazendeiros. Ainda conforme informações extraoficiais, a presidente determinou que o Incra faça nova avaliação da terra Buriti.

Nesta segunda-feira, técnicos de órgãos ligados à questão fundiária realizam reunião no Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). À tarde, as propostas serão discutidas na Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul).

Na última proposta, divulgada na sexta-feira, a União elevou o valor da indenização de R\$ 78 milhões para R\$ 80 milhões. No entanto, os produtores cobram o valor de R\$ 130 milhões, apresentados no contra laudo elaborado por uma empresa particular. Do total, são 124,5 milhões pela área e R\$ 5,5 milhões para indenizar as benfeitorias.

Com a negociação frustrada, a Famasul divulgou nota de repúdio, denunciando descaso e uma manobra premeditada do governo federal, que descumpriu prazos e deixou a decisão para depois da abertura da Copa do Mundo.

Representante dos índios terenas, o advogado Luiz Henrique Eloy afirma que o valor oferecido pela União é justo. "Quando pedem R\$ 130 milhões, não levam em consideração a depreciação da área. É muito para uma área em conflito", afirma.

Campo Grande News



Boletim de Notícias - Edição nº 107/2014

Brasília, 18 de junho de 2014.

SP – Audiência Pública “Direitos Quilombolas e Regularização Fundiária”, 24/06
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.06.2014



Audiência Pública
“Direitos Quilombolas e Regularização Fundiária”

Data: 24/06/2014 **Horário:** 13h

Local: Plenário Teotônio Vilela
Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
(Av. Pedro Álvares Cabral, 201 – Ibirapuera, São Paulo – SP)

Convidados:
Fundação do Instituto de terras - Itesp | Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial | INCRA - Brasília | INCRA - SP | Ministério Público Federal
Ministério Público Estadual | Advocacia Geral da União | Secretaria do Meio Ambiente
Fundação Florestal | Fundação Palmares

Realização: Subcomissão dos Quilombolas

Dep. Marco Aurélio | Dep. Leci Brandão | Dep. Adriano Diogo | Dep. Beth Sáhão

Logos: CONAQ, SOS Racismo, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

[Quilombos do Ribeira](#)

Dia 24/06/2014, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.



Quinze associações quilombolas do município recebem patrulha agrícola

SÍTIO CANGUÇU ON LINE, 18.06.2014

Patrulha agrícola e automóvel Ford Fiesta serão utilizados em sistema de rodízio na prestação de serviços às 15 comunidades do município

A luta de centenas de famílias quilombolas canguçuenses teve uma conquista importante nesta quarta-feira (18), quando foram entregues um trator equipado e um automóvel, ambos para uso exclusivo das 15 comunidades quilombolas de Canguçu.

O recurso para aquisição dos equipamentos é oriundo do Fundo Estadual de Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER), setor ligado à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural.

A iniciativa beneficiará integrantes de grupos como a Associação Remanescente de Quilombos do Potreiro Grande. Localizada no 2º Distrito, a entidade conta com mais de 30 famílias, que se dedicam principalmente à agricultura familiar.

– A gente vem lutando por esse recurso já faz algum tempo. Finalmente chegou a nossa hora – comemora o presidente da associação, Ailton Soares Prestes.

Prestes explica que a patrulha agrícola atuará em serviços gerais, como roçar e preparar a terra para o plantio.

Quem também comemora o investimento é o presidente da Associação de Quilombolas de Solidez, Ademar Coutinho Matos, de 66 anos. Ele dirige a associação que conta com 24 famílias e, aproximadamente, 72 pessoas.

Matos assumiu este ano a direção da entidade que é constituída basicamente por agricultores. O grupo tem sua sede no 1º Distrito e foi a primeira organização quilombola do município a receber o reconhecimento oficial.

– A gente costuma dizer que somos a mãe de todas as demais associações que surgiram depois – explica o presidente, ao destacar a união entre os diversos grupos.

Canguçu tem, ao todo, 15 associações remanescentes de quilombos, sendo que a maioria está localizada no interior. O trator equipado e o automóvel Ford Fiesta serão utilizados para a prestação de serviços a essas comunidades. O investimento total foi de R\$ 190 mil, com recursos do Governo do Estado.



Operação da Polícia Federal em MS devolve área quilombola a descendentes de escravos

SÍTIO MIDIAMAX, 18.06.2014

Oficiais da Justiça Federal, servidores do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e duas equipes da PF (Polícia Federal) acompanham a reintegração de posse de uma área em disputa próxima ao Distrito de Jaraguari, região sul de Mato Grosso do Sul. No local estão membros da Comunidade Quilombola de Furnas de Dionísio, que a partir de agora poderão ficar de vez na área.

São três áreas ocupadas por eles que estavam em disputa judicial. De acordo com a ordem expedida pelo magistrado, a região agora pertence aos quilombolas. Porém, eles terão que deixar o local, para que a localidade passe por vistorias e mais tarde, seja efetivada a reintegração.

Oficiais, policiais e servidores acompanham o trâmite e a vistoria no local. Eles estão fazendo uma relação de tudo que há na área antes da formalidade. Em umas delas, os quilombolas construíram uma casa de alvenaria. Além disso, há gado nas pastagens.

De acordo com o pecuarista, José Maria de Souza, de 48 anos, as seis cabeças de gado pertence a ele. "Os quilombolas arrendaram a área para eu deixar o gado lá, mas a polícia pediu para retirar até ter a tramitação, depois posso trazer de novo, já que a área pertence à comunidade", revela a equipe do jornal Midiamax.

A equipe do site Midiamax, que está no local, procurou os envolvidos na ação de reintegração, que se limitou a dizer que não podem revelar nenhuma informação sobre a ação deles na região.